

# NEGACIONISMO GOURMET DE DORIA, 150 MIL ÓBITOS E VASSALAGEM DA GESTÃO VAHAN-HERNANDES

Pedro Estevam da Rocha Pomar<sup>1</sup>

Governo do Estado



Doria e o secretário Jean Gorinchteyn (Saúde) em cerimônia de entrega de vacinas ao PNI, em 30/7/2021

---

*No Estado de São Paulo, a política tucana de priorização da “economia aberta” resultou na triplicação do número de mortes por Covid-19 entre janeiro e outubro de 2021. O governador vestiu o figurino de entusiasta e seguidor da ciência, buscando fazer o contraponto ao negacionismo explícito abraçado por Bolsonaro. Mas recusou-se a adotar a testagem em massa e rendeu-se às pressões do empresariado para flexibilizar o distanciamento social. A Reitoria da USP, por sua vez, esqueceu-se da autonomia universitária e mostrou-se subserviente ao governo estadual*

“Só ficaram os puxa-sacos”. A frase rude, de autoria do professor Gonzalo Vecina, da Faculdade de Saúde Pública (FSP-USP), importante referência em matéria de vigilância sanitária e que sabidamente não tem “papas na língua”, diz respeito à dissolução do Centro de Contingência de Covid-19 do governo estadual paulista, praticamente extinto pelo governador João Doria (PSDB) no dia 17/8. Criado em março de 2020, o Centro de Contingência era um comitê de especialistas que tinha como finalidade assessorar o governo no combate à pandemia.

A razão para que Doria tenha simplesmente descartado dois terços do colegiado — ou seja: quatorze dos 21 integrantes do Centro de Contingência — não é, obviamente, o fim da pandemia (que em setem-

bro continuava matando centenas de brasileiros por dia), mas o fato de que a maioria deles discordava da política de “flexibilização” das medidas sanitárias necessárias para o enfrentamento adequado da Covid-19, flexibilização essa adotada por Doria, pela enésima vez, em agosto, apesar das evidências de que a variante Delta se propagava pelo país e de que diversos indicadores continuavam desfavoráveis a um relaxamento.

A repentina dissolução do Centro de Contingência escancarou uma verdade que já era óbvia aos observadores mais isentos. A saber: as proclamações de Doria em favor da “ciência” são puro *marketing*. Desde o primeiro momento da chegada da pandemia em solo brasileiro, o governador tucano tratou de fazer dessa questão uma plataforma

política para seus planos eleitorais. Olhos postos na eleição presidencial de 2022, ele vislumbrou uma trilha política que lhe permitiria demarcar posições com seu mais forte adversário na disputa do eleitorado mais à direita: o presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL, sem partido).

O *script* foi cuidadosamente planejado, a começar da realização de entrevistas coletivas diárias no Palácio dos Bandeirantes para anunciar as medidas adotadas pelo governo paulista, com a presença do próprio Doria e de boa parte do secretariado. O ar solene das declarações oficiais, entremeadas com explicações de especialistas, pres-tava-se à espetacularização do tema. O governador vestia o figurino de entusiasta e seguidor da ciência, buscando fazer o contraponto ao

negacionismo genocida abraçado por Bolsonaro. Desse modo, Doria encarnava a seriedade e a eficiência no combate à Covid-19, contrastando nitidamente com a atitude leviana e criminoso do primeiro mandatário. A iniciativa do Instituto Butantan de produzir a Coronavac “casou” maravilhosamente com os planos do governador. Doria teria uma vacina para chamar de sua, na contramão do negacionismo vacinal de Bolsonaro, e portanto teria independência em relação ao Ministério da Saúde. A expertise do Butantan forneceu, assim, um trunfo formidável ao governador tucano, e de certa forma obrigou o governo federal a comprar vacinas, ainda que a contragosto, e a fortalecer a posição da Fiocruz, que desenvolvia a vacina AstraZeneca em colaboração com a Universidade de Oxford.

Ao adotar uma quarentena já no primeiro momento, proibindo a realização de uma série de atividades econômicas de modo a reduzir a circulação das pessoas, o governador paulista apareceu como um paladino da ciência contra o obscurantismo e a irresponsabilidade da União sob a gestão Bolsonaro. Ocorre que Doria decidiu adotar o “Plano São Paulo”, um sistema de medidas preventivas escalonadas geograficamente conforme as diferentes regiões do Estado, e baseadas nos índices de ocupação de leitos de unidades de terapia intensiva (UTI). A situação sanitária espelha-se em cores: vermelha (restrição máxima), laranja (alerta), amarela (baixo risco), verde (livre de risco). O “Plano São Paulo” não tem como foco a preservação da vida, mas a reativa-

ção da economia. As flexibilizações sucessivas mantiveram São Paulo no epicentro da pandemia.

No início de outubro de 2021, o Estado com seus 44 milhões de habitantes já respondia por 4,37 milhões de casos e 150 mil mortes pela doença — 25% das 599 mil mortes ocorridas no Brasil todo. Na mesma data, a Argentina, com população de 45 milhões, amargava 5,26 milhões de casos e 115 mil óbitos, total este também alto mas mesmo assim substancialmente menor. Em outras palavras, entre janeiro e outubro de 2021 a política tucana de priorização da “economia aberta” resultou num salto do número de mortos, que triplicou exatamente: de 50 mil para 150 mil. Simpática a Doria e aos favores governamentais, a mídia hegemônica desconversa e tangencia o assunto, limitando-se a críticas pontuais.

“Na verdade essa salada de cores do governo Doria é ineficiente, só serve para confundir. Nega o fato de que as pessoas são móveis, nega o fato de que a baixa testagem impede o monitoramento disso e na verdade causa um prejuízo econômico muito maior. O que deveríamos estar pedindo é o fechamento da economia, com auxílio econômico para os trabalhadores e pequenos empresários, para que eles pudessem se sustentar enquanto a economia está fechada”, [opinou ao Informativo Adusp, em janeiro, o médico neurologista Marcelo Eduardo Bigal](#), doutor em neurociência pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP) e pesquisador de fármacos radicado nos Estados Unidos.

“A província de Quebec, no Canadá, decretou locaute, porque os casos estão num nível maior do que o aceitável, embora muito menores do que em São Paulo”, exemplificou Bigal. “O locaute significa que nada pode funcionar após as 19h e antes das 6h. Nada! Multa de 6 mil dólares e prisão de um ano se a fuga do locaute gerar doença fatal em outra pessoa. O que o governo canadense faz com isso? Diminui a entropia da epidemia como um todo, e assim quando abre o comércio o faz de maneira um pouco mais sustentável”. A seu ver, a testagem em massa seria um fator primordial para que se pudesse acompanhar a epidemia. No entanto, o governo Doria recusou-se a adotá-la, alegando alto custo financeiro. “A premissa de que a testagem é cara e não deve ser utilizada é uma falácia, porque a alternativa à testagem, que é perder o controle da epidemia, internar e sobrecarregar o hospital é muito mais cara”, criticou o pesquisador.

**Somente em junho de 2021, mais de um ano após a chegada do novo coronavírus ao país, é que Doria lançaria o Programa “SP Acolhe”, que consiste no pagamento do irrisório auxílio de R\$ 300 mensais a 10,9 mil famílias com renda mensal inferior a três salários mínimos**

Uma das maiores expressões do negacionismo *gourmet* do governador paulista foi a determinação de retorno às aulas presenciais na rede pública de ensino, em 2020 ao final da quarentena e novamente em 2021, quando se estendeu às universidades. [O artífice e arauto principal dessa irresponsável medida foi o secretário estadual da Educação, Rosieli Soares, ex-ministro do governo Michel Temer.](#) O previsível sacrifício das trabalhadoras e trabalhadores da educação e de um sem-número de estudantes não sensibilizou os gestores tucanos. Levantamento da Apeesp-Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo realizado em junho de 2021 apontou 2.715 casos em 1.194 escolas, com 103 óbitos.

Como agravante, Doria deixou de adotar medidas que mitigassem o sofrimento da população, o desemprego generalizado e a fome. Somente em junho de 2021, por exemplo, mais de um ano após a chegada do novo coronavírus ao Brasil, é que ele lançaria o Programa “SP Acolhe”, que consiste no pagamento do irrisório auxílio de R\$ 300 mensais a pouco mais de 10,9 mil famílias com renda mensal inferior a três salários mínimos. O inverso também é verdade. Em plena epidemia, o Tesouro estadual continuou transferindo maciços recursos públicos para grandes grupos privados, por meio de benefícios fiscais — as chamadas desonerações. [Nem o Tribunal de Contas \(TCE-SP\) sabe quem são os favorecidos, porque o governo estadual omite informações alegando sigilo fiscal!](#) E Doria aproveitou-se da epidemia para acelerar o des-

monte do Estado e das políticas de proteção social.

Em julho último, dando mostra de seu profundo descompromisso com as condições de vida da população de baixa renda, o governador tucano vetou o PL 146/2020, apelidado “Despejo Zero” e aprovado pela Assembleia Legislativa (Alesp) em 9/6/2021. Esse diploma legal, que agora só vingará se derrubado o veto, suspende despejos, remoções e reintegrações de posse judiciais e extrajudiciais em todo o território paulista durante a pandemia e até três meses após seu final, além de suspender “a aplicação e cobrança de multas contratuais e juros de mora em casos de não pagamento de aluguel ou das prestações de quitação dos imóveis residenciais”. Segundo a Agência Brasil, até o momento de sua aprovação haviam sido despejadas no Estado 3.970 famílias desde o início da pandemia, “e outras 34.454 estão ameaçadas de despejo”.

A gravíssima questão social da moradia e do déficit habitacional é tratada por Doria como, literalmente, caso de polícia. Tanto é que a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) está em processo de extinção, depois de ser incluída naquele que foi o supprassumo dos projetos de “reforma do Estado” encaminhados por seu governo à Alesp: o [PL 529/2020](#), um “pacote” de ajustes de todo tipo que — depois de aprovado com importantes destaques, após duríssima resistência do funcionalismo público e de importante parcela da própria Alesp — tornou-se a lei 17.293/2020. Na fatídica madru-

gada de 14 de outubro de 2020 o governo do PSDB foi autorizado, por pequena margem de votos na Alesp (48 x 37), a extinguir, além da CDHU, outros cinco destacados órgãos públicos: a Superintendência de Controle de Endemias (Sucen), a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), a Fundação Parque Zoológico, o Departamento Aeroviário (Daesp) e o Instituto Florestal (IF).

O desaparecimento do IF foi vinculado à “fusão” dos institutos Geológico e de Botânica, na prática também condenados à extinção, por meio da subsequente transformação de ambos, já em 2021, numa bizarra entidade, o Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), subordinado à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) e instrumento de um processo de desmonte da área ambiental. A criação do IPA e a depreciação do Sistema Estadual de Florestas (Sieflor) são objeto de ações judiciais contrárias que já contam com liminar expedida pela 2ª Vara da Fazenda Pública. As atribuições do IF foram transferidas à Fundação Florestal, que no entanto não dispõe de pessoal com competência técnica para gerir parques e reservas nem para realizar pesquisas.

O texto original do PL 529/2020 pretendia extinguir outras três organizações da área da Saúde — Fundação para o Remédio Popular (FURP), maior fábrica pública de medicamentos do país; Fundação Oncocentro; e Instituto de Medicina Social e Criminologia — e uma quarta instituição estatal, encarregada da política fundiária e da assistência

técnica a populações assentadas e quilombolas: a [Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” \(Itesp\)](#). Sem conseguir alcançar, em sucessivas sessões, o quórum necessário para aprovar o PL 529/2020, o governador aceitou o acordo que lhe propôs a deputada Janaína Paschoal (PSL) e concordou em retirar as quatro do rol de degolas. Desse modo, a negociação com um setor da ultradireita lhe permitiu aprovar o restante do projeto. Ou, como diria o então ministro Ricardo Salles, “passar a boiada”.

Houve outras mudanças na proposta original, que pretendia nada menos do que confiscar as reservas financeiras anuais da USP, Unesp e Unicamp e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), abrindo um conflito com um setor da própria base social do PSDB. [Na fase final da tramitação do projeto, o líder do governo anunciou a retirada desse dispositivo](#), neutralizando a oposição do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) e de expressiva parcela da institucionalidade acadêmica, embora não a do Fórum das Seis, que articula os sindicatos das três universidades estaduais e do Centro Paula Souza. Recorde-se aliás que, com exceção do pretendido confisco das reservas financeiras, em momento algum os reitores criticaram os inúmeros aspectos perversos do PL 529/2020, como, para ficar em exemplos modestos, a extinção da Fundação Parque Zoológico, com a qual a própria USP mantinha projetos de pesquisa, ou a extinção e fusão de reputados institutos estaduais de pesquisa.

## **As agressões do governo estadual à ciência e às instituições públicas de ensino e pesquisa não se esgotaram no PL 529/2020. Doria voltou à carga contra a Fapesp ao aprovar na Alesp o PL 627/2020, que prevê a aplicação do DREM ao orçamento da agência**

A agenda ultraliberal de Doria e seu grupo mais próximo — vice-governador Rodrigo Garcia, secretário Henrique Meirelles (Fazenda e Planejamento), secretária Patricia Ellen (Desenvolvimento Econômico) — vem se valendo da pandemia para fazer passar todas as “boiadas”. Uma delas é a [paulatina privatização do Instituto de Pesquisas Tecnológicas \(IPT\)](#), por intermédio do programa “IPT Open Experience”, que o Palácio dos Bandeirantes busca emplacar como carro-chefe do projeto denominado Centro Internacional de Tecnologia e Inovação (CITI), a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. O objetivo, segundo o próprio governo, é “criar o Vale do Silício da América Latina, tornando São Paulo uma referência global em ciência, tecnologia e inovação”, tendo como *locus* geográfico a Marginal Pinheiros da capital paulista. Nada menos que o “Vale do Silício brasileiro”, pouco importante que o reajuste salarial do corpo funcional do IPT tenha sido zero, em 2021, pelo terceiro ano consecutivo.

As agressões do governo estadual à ciência e às instituições públicas de ensino e pesquisa não se esgotaram no PL 529/2020. Doria voltou à carga contra a Fapesp ao aprovar na Alesp o PL 627/2020, que prevê a aplicação do mecanismo fiscal intitulado Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios (DREM) ao orçamento da agência de fomento à pesquisa. Com isso, a fundação perderia, em 2021, mais de R\$ 454 milhões. Mas a finalidade desse confisco era meramente pedagógica: mostrar quem manda no Estado — e humilhar a Fapesp, que por determinação da Constituição Estadual (e para irritação dos gestores tucanos) recebe, anualmente, nada menos que 1% do total da receita de impostos. [Posteriormente o governador recompôs, por decreto, o orçamento da fundação](#). Seu presidente, o ex-reitor da USP M.A. Zago, manteve-se calado o tempo todo e foi por isso recompensado, sendo reconduzido ao cargo por Doria, em setembro de 2021, para novo mandato de três anos.

Quase desde o início, a USP optou por colar-se à linha do governo estadual de enfrentamento à pandemia e ao “Plano SP”. A Reitoria tratou de criar o “Plano USP”, aderindo às orientações gerais do Palácio dos Bandeirantes, mas frisando que “a USP não pode parar”. Quando Doria decidiu “flexibilizar” a quarentena, a gestão Vahan Agopyan-Antonio Carlos Hernandez sem pestanejar tratou de ordenar o retorno dos funcionários técnico-administrativos às atividades presenciais, ao mesmo tempo em que preservava o corpo docente, que lecionava em regime de *home office*. O funcionalismo pre-



cisou desfechar uma inédita “greve sanitária” para barrar as pretensões da Reitoria, que se viu obrigada a recuar. O ápice da dobradinha entre a oligarquia uspiana e o governo Doria, no entanto, foi um bizarro evento privado realizado na Raia Olímpica da Cidade Universitária: o “São Paulo Boat Show”.

Impedidos de realizar essa feira náutica num local fechado, seus promotores acionaram o governo estadual, que tratou de socorrê-los com uma ideia genial: [realizar o evento na Raia Olímpica, a custo quase simbólico](#). Tudo pela economia! A negociação, em julho, envolveu os secretários estaduais de Infraestrutura e Meio Ambiente, Marcos Rodrigues Penido, e de Turismo, Vinicius Lummertz (como Rossieli e Meirelles, outro ex-ministro do governo Temer). Mas o “Boat Show” foi agendado para novembro, quando, ao contrário das previsões otimistas do secretariado tucano, acumulavam-se indícios de uma segunda onda da pandemia no Brasil e em São Paulo. Uma equipe da universidade foi convocada para trabalhar no local durante quase uma semana.

As evidências do repique da Covid-19 não sensibilizaram o reitor Agopyan, que manteve a realização do “Boat Show”. Ele próprio aceitou participar de um vídeo promocional do evento, ao lado do empresário Ernani Paciornik (Grupo Náutica) e dos secretários estaduais Penido e Lummertz, fazendo o deprimente papel de garoto-propaganda de uma atividade comercial, a pretexto de que a Raia Olímpica é “uma infraestrutura que é de toda a sociedade”, como afirma na peça publicitária.

Em plena pandemia, milhares de pessoas compareceram à feira para conferir e adquirir caros modelos de iates, lanchas e outros equipamentos náuticos. Outra faceta do “Boat Show” é que, ao menos momentaneamente, [ele aproximou os governos Bolsonaro e Doria](#). Entre os que visitaram seus estandes estava o presidente da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), Gilson Machado Neto, e um assessor especial da Presidência da República, tenente Mosart Aragão Pereira.

Os estudantes do Conjunto Residencial (Crusp) protestaram contra o evento e foram reprimidos pela Polícia Militar. Houve também protestos institucionais, como o da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), cuja congregação emitiu nota na qual advertiu: “A USP não está à venda”.

**O negacionismo gourmet é contagioso e comprometeu irremediavelmente a fachada “científica” da política reitoral para a Covid-19, definida por dirigentes escolhidos pelo reitor Vahan Agopyan e coordenados pelo vice-reitor Hernandes: o GT PRAA. Agora substituído por outro grupo “linha dura”: a “Comissão Assessora”**

A verdade é que o episódio do “Boat Show” confirmou que o negacionismo *gourmet* é contagioso e comprometeu irremediavelmente a fachada “científica” da política reitoral para a Covid-19, definida entre quatro paredes por um pequeno núcleo de dirigentes escolhidos a dedo por Agopyan e coordenados pelo vice-reitor Hernandes: o Grupo de Trabalho Readequação do Ano Acadêmico, ou GT PRAA. Talvez tardiamente, em agosto de 2021 o reitor percebeu que a coordenação do GT PRAA era politicamente tóxica para a candidatura de Hernandes a reitor (com seu apoio). [Esse grupo foi então dissolvido](#) para dar lugar a uma [Comissão Assessora](#) composta por integrantes da “linha dura” da burocracia universitária e presidida pelo diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), Rui Alberto Ferriani, que se notabilizou por adotar medidas draconianas na sua unidade, tais como a exigência de que docentes e funcionário(a)s trabalhem, com máscara e *face shield*, até mesmo em “locais em que o distanciamento [mínimo] não puder ser respeitado”.

Mais uma vez, o rearranjo promovido pela Reitoria destinava-se a convergir com a orientação imposta pelo governo estadual, de retorno às aulas presenciais a partir de 2/8 tanto na rede pública de ensino como nas universidades, como se estas não fossem dotadas de autonomia. Ao que tudo indica Agopyan, que também é o atual presidente do Criesp, vinha sendo pressionado a dar novas contribuições à “economia aberta” e, novamente, capitulou. À revelia do Conselho Universitário, convocou

uma “reunião de dirigentes” e emitiu as drásticas portarias GR 7.670 (em 13/8) e GR 7.671/2021 (em 20/8), já sugeridas pela nova Comissão Assessora. A primeira ordena o retorno compulsório de docentes e funcionários ao trabalho presencial já em 23/8 e de estudantes de graduação em 4/10. A segunda delega poder aos dirigentes de unidades para determinar a volta ao trabalho presencial e ou às aulas até de quem não esteja imunizado(a) com duas doses da vacina contra a Covid-19.

Num capítulo ainda não encerrado, a Reitoria se deparou com enorme resistência ao seu autoritarismo, tanto de diretores e diretoras de diversas unidades como do funcionalismo e dos corpos docente e discente. [A reunião do Conselho Universitário realizada no final de agosto espelhou esse disposição generalizada de rechaçar as portarias reitorais, ainda que com ênfases diferenciadas.](#) Uma unidade como a FFLCH, com mais de 10 mil alunos e alunas, só poderia voltar às aulas presenciais em 2021 colocando em risco toda a comunidade. “Temos um gigante nas mãos. A gente tem uma universidade dentro da outra”, resumiu seu diretor, Paulo Martins, utilizando a metáfora também para se referir à Escola Politécnica, onde laboratórios localizados em mais de vinte prédios diferen-

tes precisam passar por reformas e adaptações. Na Escola de Comunicações e Artes (ECA), no Instituto de Matemática e Estatística (IME) e no Instituto de Psicologia (IP) há importantes reformas estruturais em curso que inviabilizam qualquer pretensão de retorno imediato. O principal prédio do Instituto de Física (IF) não conta com ventilação adequada. Não bastassem esses impedimentos, em várias unidades o semestre letivo foi planejado para ser inteiramente remoto, não havendo como alterar isso repentinamente.

O reitor omitiu da pauta do colegiado a questão do retorno, como se fosse assunto menor. Não a incluiu como novo ponto de pauta mesmo depois de receber documento para que o fizesse, assinado por trinta conselheiros e conselheiras — diretores e diretoras de cinco unidades, representantes de congregações, representantes discentes, representantes do funcionalismo, representante dos Professores Associados. Mas, a contragosto embora, abriu a discussão no ponto de comunicações, pois não poderia simplesmente ignorar pedido tão representativo.

A par de tomar conhecimento, na reunião do Conselho Universitário, de realidades que parecia ou fingia desconhecer, Agopyan recebeu um verdadeiro *tsunami* de críticas, tanto

de representantes de congregações e do funcionalismo como de representantes discentes da graduação e da pós-graduação. Não foram poucas as jovens negras ou assumidamente oriundas das periferias que se manifestaram, de modo contundente, marcante e memorável, contra o teor das portarias que a Congregação do IP avaliou como “precipitadas”. Tanto quanto o enorme déficit de democracia existente ainda hoje na USP, bem como o racismo e o machismo institucionalizados, a vassalagem e a subserviência da Reitoria perante o governador Doria foram implacavelmente expostas.

**Em tempo.** O governo estadual anunciou, em 13/10, que as aulas presenciais voltariam a ser obrigatórias para todo o alunado da rede pública estadual de ensino a partir de 18/10. Curiosamente, embora a exigência também valesse para as escolas privadas, elas teriam prazos definidos pelo Conselho Estadual de Educação: “Vai ter um prazo em que a escola privada poderá se adaptar à regra”, declarou o inefável Rossieli. No dia seguinte, a própria Secretaria da Educação admitiu que apenas 24% das escolas da rede pública (1.251 entre 5.130) estão aptas a receber seus alunos, porque nas demais é impossível garantir um distanciamento mínimo de um metro.

## Notas

1 Jornalista. Editor da *Revista Adusp*.